RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 818 , DE 6 DE DEZEMBRO DE 2001

Cria o certificado Responsabilidade Social - RS para empresas estabelecidas no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências

(Projeto de Resolução nº 19, de 2000)

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 14 da X Consolidação do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte Resolução:

Artigo lº - Fica instituído o certificado Responsabilidade Social - RS a ser conferido, anualmente, pela Assembléia Legislativa, às empresas e demais entidades com sede no Estado de São Paulo que apresentarem Balanço Social do exercício imediatamente anterior.

Parágrafo único - Para os fins do disposto no "caput", as empresas e demais entidades deverão encaminhar à Assembléia Legislativa os seus Balanços Sociais até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao de referência dos Balanços.

Artigo 2º - Para os fins desta Resolução, considera-se Balanço Social o documento pelo qual as empresas e demais entidades apresentam dados que permitam identificar o perfil da sua atuação social durante o exercício, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados econômicos e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de interação das empresas e demais entidades com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

§ 1º - O Balanço Social de que trata o "caput" será assinado por contador ou técnico em contabilidade devidamente habilitado ao exercício profissional.

§ 2º - Os dados financeiros constantes do Balanço Social deverão ser extraídos das respectivas demonstrações contábeis elaboradas na forma da legislação vigente.

Artigo 3º - A Assembléia Legislativa tornará pública a relação das empresas que apresentarem o Balanço Social, nos termos desta Resolução, outorgando-lhes o certificado Responsabilidade Social - RS.

Parágrafo único - O certificado Responsabilidade Social - RS será entregue em Sessão Solene do Poder Legislativo.

Artigo 4º - A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa elegerá os projetos mais destacados, os quais agraciará com o troféu Responsabilidade Social - Destaque.

Parágrafo único - Dentre os aspectos a serem considerados por ocasião da escolha constarão:

1 - tributos - taxas, contribuições e impostos federais, estaduais e municipais;

2 - folha de pagamento bruta - valor total da folha de pagamento, incluídos os encargos sociais;

3 - condições de trabalho - higiene e segurança do trabalho, número de acidentes de trabalho e número de reclamações trabalhistas;

4 - alimentação - restaurante, tíquete-refeição, lanches, cestas básicas e outros gastos com a alimentação dos empregados;

5 - saúde - plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, programas de qualidade de vida e outros gastos com saúde;

6 - educação - treinamento, programas de estágios, reembolso de educação, bolsas de estudos, creches, assinaturas de revistas, gastos com biblioteca, com educação e treinamento de empregados ou seus familiares;

7 - aposentadoria - planos especiais de previdência privada, tais como fundações previdenciárias, complementações de aposentadoria e outros benefícios aos aposentados;

8 - outros benefícios - participação nos resultados econômicos, seguros, empréstimos, gastos com atividades recreativas, transportes e outros benefícios oferecidos aos empregados;

9 - contribuições para a sociedade - investimentos na comunidade nas áreas de cultura, esportes, habitação, saúde pública, saneamento, segurança, urbanização, educação, defesa civil, pesquisa, obras públicas, campanhas públicas e outros gastos sociais na comunidade, discriminando, inclusive, o número de horas destinadas por seu quadro funcional ao trabalho voluntário;

10 - investimento em meio ambiente - reflorestamento, despoluição, gastos com introdução de métodos não-poluentes e outros gastos que visem à conservação e melhoria do meio ambiente, inclusive com educação e conscientização ambiental;

11 - número de empregados - número médio de empregados no exercício (registrados no último dia do período);

12 - número de admissões - admissões efetuadas durante o período;

13 - políticas adotadas visando diminuir a exclusão de determinados segmentos sociais - descrição sintética de políticas adotadas pela empresa no sentido de diminuir a exclusão social através da admissão de idosos, deficientes físicos e outros, no seu quadro funcional.

Artigo 5º - A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação desta Resolução, constituirá comissão mista, com representantes de entidades da sociedade civil organizada, para planejar o evento anual e deliberar sobre os critérios que nortearão a escolha das empresas a serem agraciadas com o troféu Responsabilidade Social - Destaque.

Artigo 6º - As despesas decorrentes da presente Resolução serão cobertas pelos recursos orçamentários próprios, à conta do orçamento da Assembléia Legislativa.

Artigo 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 6 de dezembro de 2001.

Presidente
WALTER FELDMAN
1º Secretário
HAMILTON PEREIRA
2º Secretário
DORIVAL BRAGA

ORDEM DO DIA

77ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 6 DE DEZEMBRO DE 2001

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0014, de 2000, de autoria do Sr. Governador. Cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP. Com 86 emendas e 1 substitutivo. Parecer nº 1790, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, às emendas nºs 1, 2, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 23, 24, 25, 27, 28, 31, 33, 38, 39, 40, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 72, 74, 75, 77, 79 e 86, e contrário às demais emendas e ao substitutivo nº 1. Parecer nº 1791, de 2001, da Comissão de Transportes, favorável ao projeto, com substitutivo e contrário às emendas e ao substitutivo nº 1. Parecer nº 1792, de 2001, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto na forma do substitutivo da Comissão de Transportes e contrário às emendas e ao substitutivo nº 1.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0041, de 2001, de autoria do Sr. Governador. Institui a Corregedoria da Fiscalização Tributária - CORCAT, no âmbito da Secretaria da Fazenda. Com emenda. Parecer nº 1799, de 2001, do Congresso das Comissões de Justiça e de Administração Pública, favorável ao projeto e à emenda.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0360, de 2001, de autoria do deputado Arnaldo Jardim. Dispõe sobre a consignação, em folha de pagamento dos servidores públicos, de compromissos assumidos com organizações sindicais ou associações de classe constituídas. Com 8 emendas. Parecer nº 1800, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, às emendas nºs 5, 6 e 7, à 2, com subemenda e contrário às demais. Parecer nº 1801, de 2001, de relator especial pela Comissão de Administração Pública, favorável ao projeto, com substitutivo e contrário às emendas.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0703, de 2001, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Altera os artigos 7º e 8º do Decreto-Lei nº 257, de 1970, que dispõem sobre beneficiários dos contribuintes do Iamspe. Com 2 emendas. Parecer nº 1793, de 2001, do Congresso das Comissões de Justiça, de Promoção Social e de Finanças, favorável ao projeto e às emendas.

5 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0788, de 2001, de autoria do deputado Edmir Chedid. Altera o Decreto Lei nº 13626, de 1943, que dispõe sobre normas para o traçado das estradas de rodagem estaduais e a Lei nº 8900, de 1994, que dispõe sobre a colocação de anúncios em terrenos adjacentes às mesmas. Parecer nº 1796, de 2001, do Congresso das Comissões de Justiça, de Transportes e de Finanças, favorável ao projeto, com emenda.

ERRATA

180ª SESSÃO ORDINÁRIA 6 DE DEZEMBRO DE 2001

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 0009, de 2000, de autoria do Sr. Governador. Autoriza a Fazenda do Estado a alienar, mediante venda, precedida de avaliação e certame licitatório, imóvel situado na Av. Higienópolis, 758, na Capital. Pareceres nºs 1682 e 1683, de 2000, de relatores especiais, respectivamente pelas Comissões de Justiça e de Obras Públicas, favoráveis. Parecer nº 1684, de 2000, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável, com emenda. Com 4 emendas apresentadas nos termos do inciso II do artigo 175 da X Consolidação do Regimento Interno. Parecer nº 1087, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável à emenda de nº 2, com submenda e contrário às de nºs 1, 3 e 4. Pareceres nºs 1088 e 1089, de 2001, relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Obras Públicas e de Finanças, favoráveis à emenda de nº 2, na forma da subemenda do relator especial pela Comissão de Justiça e contrários às de nºs 1, 3 e 4.

2 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 0676, de 2000, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado. Com 29 emendas. Parecer nº 153, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, às emendas de nºs 4 a 29, e contrário às demais. Pareceres nºs 154 e 155, de 2001, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Meio Ambiente e de Finanças, favoráveis ao projeto, às emendas de nºs 8, 20, 21, 22, 25 e 29, e contrários às demais. Com 29 emendas apresentadas nos termos do inciso II do artigo 175 da X Consolidação do Regimento Interno. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

3 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 74, de 2000, (Autógrafo nº 24851), vetado totalmente, de autoria do deputado Ramiro Meves. Cria a Microrregião do ABCDMR, com sede em São Bernardo do Campo. Parecer nº 124, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 79, de 2000, (Autógrafo nº 24843), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui Bônus Gestão às classes de suporte pedagógico do Quadro do Magistério. Parecer nº 125, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 80, de 2000, (Autógrafo nº 24844), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Institui Bônus Mérito às classes de docentes do Quadro do Magistério. Parecer nº 126, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6- Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0022, de 2001, de autoria do Sr. Governador. Cria cargos no Quadro da Secretaria da Administração Penitenciária. Pareceres nºs 1759, 1760 e 1761, de 2001, respectivamente de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Segurança Pública e da Comissão de Finanças, favoráveis.

7 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 0032, de 2001, de autoria do Sr. Governador. Cria cargos no Quadro da Secretaria da Administração Penitenciária. Parecer nº 1575, de 2001, do Congresso das Comissões de Justiça, de Segurança Pública e de Finanças, favorável.

8 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 200, de 1995, (Autógrafo nº 23118), vetado totalmente, de autoria da deputada Edna Macedo. Dispõe sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas, tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não reincidam no crime. Parecer nº 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 210, de 1995, (Autógrafo nº 25094), vetado totalmente, de autoria da deputada Edna Macedo. Dispõe sobre a obrigatoriedade do Estado em propiciar, aos detentos arrimos de família, atividade laborativa remunerada. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 483, de 1995, (Autógrafo nº 24584), vetado totalmente, de autoria do deputado Dimas Ramalho. Assegura o direito de reduzir pela metade a carga horária semanal a servidores públicos com filhos portadores de deficiência. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 203, de 1996, (Autógrafo nº 24587), vetado totalmente, de autoria do deputado Junji Abe. Altera a Lei nº 1.817, de 1978, que dispõe sobre Zoneamento Industrial. Parecer nº 448, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto.

12 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 287, de 1996, (Autógrafo nº 24922), vetado totalmente, de autoria do deputado Jamil Murad. Dispõe sobre a criação de Universidade da Zona Leste no Município de São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 397, de 1996, (Autógrafo nº 25046), vetado totalmente, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com as Prefeituras Municipais para a criação e instalação da Procuradoria de Defesa do Consumidor em todos os Municípios. Parecer nº 1476, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 276, de 1997, (Autógrafo nº 24510), vetado totalmente, de autoria do deputado Elói Pietá. Dispõe sobre a obrigatoriedade de o Poder Executivo comunicar, às autoridades que especifica, a requisição de força policial para reintegração de posse. Parecer nº 258, de 2000, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 370, de 1997, (Autógrafo nº 24896), vetado totalmente, de autoria do deputado Elói Pietá. Determina a responsabilidade da Secretaria da Administração Penitenciária por todos os presos do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

16 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 484, de 1997, (Autógrafo nº 25085), vetado totalmente, de autoria do deputado Nelson Salomé. Dispõe sobre a criação de linhas de ônibus inter-hospitais. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

17 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 635, de 1997, (Autógrafo nº 24923), vetado totalmente, de autoria do deputado Gilberto Nascimento. Dispõe sobre a regulamentação do Serviço de Atendimento às emergências e traumas no Estado de São Paulo. Parecer nº 321, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 707, de 1997, (Autógrafo nº 24250), vetado totalmente, de autoria do deputado Rui Falcão. Dispõe sobre a fixação e cobrança das tarifas de pedágio nas rodovias estaduais. Parecer nº 363, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 791, de 1997, (Autógrafo nº 24877), vetado parcialmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Dispõe sobre medidas a serem adotadas na prevenção e combate às inundações. Parecer nº 145, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

20 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 143, de 1998, (Autógrafo nº 24367), vetado totalmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Institui o Programa Suplementar de Material Didático-Escolar. Parecer nº 895, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

21 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 220, de 1998, (Autógrafo nº 24362), vetado totalmente, de autoria do deputado Cesar Callegari. Dispõe sobre a criação do "Passe Pedágio". Parecer nº 896, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

22 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 293, de 1998, (Autógrafo nº 25063), vetado totalmente, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Proíbe a exigência de experiência anterior dos jovens que se candidatarem ao ingresso no serviço público estadual. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

23 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 323, de 1998, (Autógrafo nº 24907), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria do Carmo Piunti. Autoriza o Poder Executivo a alienar, mediante doação, ao Município de Itu, área de 157.259,39 m^2, do Hospital Dr. Francisco Ribeiro Arantes, localizado na SP-79, Bairro Pirapitingui. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

24 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 129, de 1999, (Autógrafo nº 24925), vetado totalmente, de autoria do deputado Paschoal Thomeu. Regulamenta o artigo 57 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, que assegura os direitos dos participantes ativos da Revolução Constitucionalista de 1932. Parecer nº 252, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

25 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 148, de 1999, (Autógrafo nº 24487), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Transforma em estância climática o Município de Pinhalzinho. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

26 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 187, de 1999, (Autógrafo nº 24909), vetado parcialmente, de autoria do deputado Pedro Tobias. Declara Área de Proteção Ambiental a Bacia Hidrográfica do Rio Batalha. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

27 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 216, de 1999, (Autógrafo nº 24871), vetado totalmente, de autoria do deputado Campos Machado. Transforma em estância turística o Município de Avaré. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

28 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 254, de 1999, (Autógrafo nº 25097), vetado totalmente, de autoria do deputado Hamilton Pereira. Altera a Lei nº 9849, de 1967, que constituiu a Fundação "Padre Anchieta" Centro Paulista de Rádio e TV Educativa. Parecer nº 1723, de 2001, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

29 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 310, de 1999, (Autógrafo nº 25079), vetado totalmente, de autoria do deputado Daniel Marins. Torna obrigatório o uso de bafômetros pela Polícia Rodoviária para a prevenção de acidentes nas estradas do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

30 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 344, de 1999, (Autógrafo nº 24897), vetado parcialmente, de autoria do deputado Reynaldo de Barros Filho. Institui Programa Permanente de Aproximação entre o pequeno e médio produtor e a população de baixa renda. Parecer nº 251, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

31 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 360, de 1999, (Autógrafo nº 24872), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Ferrarini. Dispõe sobre a criação da Comissão Interna de Vivência Escolar - CIVE. Parecer nº 138, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

32 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 392, de 1999, (Autógrafo nº 24581), vetado totalmente, de autoria do deputado Salvador Khuriyeh. Estabelece obrigatoriedade de Licença de Operação e Funcionamento aos postos de serviços e abastecimentos de veículos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

33 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 397, de 1999, (Autógrafo nº 24560), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Zarattini. Institui o Programa Estadual de Uso Múltiplo das Águas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

34 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 404, de 1999, (Autógrafo nº 24892), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlos Zarattini. Dispõe sobre o número máximo de alunos por sala nos estabelecimentos de ensino público. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

35 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 421, de 1999, (Autógrafo nº 24463), vetado totalmente, de autoria do deputado Nabi Abi Chedid. Altera a Lei nº 1319, de 1977, que autoriza a Fazenda do Estado a ceder, em comodato, ao "Ferroviário Atlético Clube", com sede em Bragança Paulista, imóvel situado nessa localidade. Parecer nº 250, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

36 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 476, de 1999, (Autógrafo nº 24487), vetado totalmente, de autoria do deputado Petterson Prado. Dispõe sobre o atendimento ao consumidor nos caixas das agências bancárias. Parecer nº 246, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

37 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 526, de 1999, (Autógrafo nº 25105), vetado totalmente, de autoria do deputado Rodrigo Garcia. Dispõe sobre a criação do Policiamento Especial Escolar - PES. Parecer nº 1779, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

38 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 556, de 1999, (Autógrafo nº 25081), vetado totalmente, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Dispõe sobre as garantias para que os deficientes físicos não sofram restrições quanto a sua livre locomoção e qualidade de vida. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

39 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 614, de 1999, (Autógrafo nº 25064), vetado totalmente, de autoria do deputado Arthur Alves Pinto. Dispõe sobre o fornecimento de aparelhos telefônicos, dotados de amplificadores de recepção de som, aos deficientes auditivos. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

40 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 639, de 1999, (Autógrafo nº 24848), vetado totalmente, de autoria do deputado Petterson Prado. Dispõe sobre a instalação de equipamento de emissão automática de notas fiscais nos postos de combustível. Parecer nº 131, de 2001, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

41 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 664, de 1999, (Autógrafo nº 24540), vetado totalmente, de autoria do deputado Jilmar Tatto. Altera a Lei nº 4595, de 1985, que dispõe sobre a fiscalização, pela Assembléia Legislativa, dos atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração Indireta. Pareceres nºs 449 e 450, de 2000, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Fiscalização e Controle, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

42 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 688, de 1999, (Autógrafo nº 25075), vetado totalmente, de autoria do deputado José Augusto. Obriga as empresas públicas, sociedades de economia mista e as empresas permissionárias ou concessionárias de serviços públicos estaduais a elaborarem Balanço Social. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

43 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 732, de 1999, (Autógrafo nº 25047), vetado totalmente, de autoria do deputadoJamil Murad. Obriga as refinarias e distribuidoras do Estado a fornecerem Certificado de Composição Química de cada produto, quando da entrega dos combustíveis. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

44 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 767, de 1999, (Autógrafo nº 25082), vetado parcialmente, de autoria do deputado Luiz Gonzaga Vieira. Institui normas para o atendimento pelo Sistema Único de Saúde - SUS. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

45 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 770, de 1999, (Autógrafo nº 24543), vetado totalmente, de autoria do deputado Rodolfo Costa e Silva. Torna obrigatória a gratuidade da passagem e a reserva de três assentos em ônibus intermunicipais a idosos, com mais de 65 anos de idade. Parecer nº 237, de 2000, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

46 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 771, de 1999, (Autógrafo nº 25083), vetado totalmente, de autoria da deputada Edir Sales. Institui o Programa Unidade Móvel para Detecção de Hipertensão Arterial em Crianças e Adolescentes. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

47 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 782, de 1999, (Autógrafo nº 25086), vetado totalmente, de autoria do deputado Edir Sales. Torna obrigatória a introdução no conteúdo programático de disciplina da área de Ciências Físicas e Biológicas o tópico: "Perigos e Prevenção do Alcoolismo". (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

48 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 790, de 1999, (Autógrafo nº 25059), vetado totalmente, de autoria do deputado Jamil Murad. Torna obrigatório o ensino das disciplinas Filosofia e Sociologia nos estabelecimentos de ensino médio. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

49 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 803, de 1999, (Autógrafo nº 24836), vetado parcialmente, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre indenização a pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas no período de 31 de março de 1964 a 15 de agosto de 1979, que tenham ficado sob a responsabilidade

SUMÁRIO

Resoluções 9
Atos ..... —
Ordem do Dia 9
Pauta 10
Oradores Inscritos 11
Expediente 11
Comissões 17
Debates 18
Pronunciamentos de Sessões Anteriores —
Atos Administrativos 24

TRIBUNAL DE CONTAS 25

Este caderno, com 32 páginas contém as publicações do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.